



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 3229/1988**

Ementa

**INSTITUI O QUADRO DE PESSOAL VARIÁVEL, ESTENDE-LHE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E AS NORMAS DE RECLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS PÚBLICOS E RESTAURA A LEI 557/57, QUE REGULAVA O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES VARIÁVEIS.**

Data da Norma

**08/09/1988**

Data de Publicação

**13/09/1988**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 4668/1988](#) - Autoria: Prefeito Municipal**

Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**Retroação de seus efeitos: 04/08/1987.**

**SERVIDORES - variáveis**

**SERVIDORES - estatuto dos funcionários públicos**

**SERVIDORES - cargos**

**Autor: ANDRÉ BENASSI (PREFEITO MUNICIPAL)**

Histórico de Alterações

Data da Norma

16/12/1988

07/12/1989

Norma Relacionada

[Lei n° 3340/1988](#)

[Lei n° 3488/1989](#)

Efeito da Norma Relacionada

Alterada por

Alterada por

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Proc. nº 11281/88

LEI Nº 3229, DE 08 DE SETEMBRO DE 1988

Institui o Quadro de Pessoal Variável, estende-lhe o -  
Estatuto dos Funcionários Públicos e as normas de re -  
classificação dos cargos públicos e restaura a Lei --  
557/57, que regulava o regime jurídico dos servidores-  
Variáveis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, -  
de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ex -  
traordinária realizada no dia 1º de setembro de 1.988, PROMULGA  
a seguinte Lei:

Art. 1º - Aplicam-se ao pessoal admitido sob o regime da -  
Lei 557, de 10 de abril de 1957, que ora fica restaurada, os -  
dispositivos da Lei nº 3.087, de 04 de agosto de 1987 (Estatuto  
dos Funcionários Públicos), não incompatíveis com a legislação-  
trabalhista e previdenciária.

Parágrafo único - Nenhum direito, vantagem ou benefício es-  
tatutário, ou decorrente de lei municipal, será concedido ao -  
servidor variável, se este tiver direito ou perceber vantagem -  
ou benefício assemelhado da Previdência Social, podendo, contu-  
do, requerer diferenças de direitos, vantagens ou benefícios, -  
sempre que a lei municipal assegurar maiores vantagens ou bene-  
fícios do que a Previdência Social, observadas as seguintes con-  
dições:

I - O servidor não poderá deixar de postular vantagens pre-  
videnciárias para fazer jus à percepção integral de direitos, -  
vantagens ou benefícios concedidos por lei municipal;

II - Serão tidos como percebidos os direitos, vantagens ou -



benefícios assegurados pela Previdência Social, desde que, podendo auferi-los, o servidor não os requeira, ou dê causa à não-percepção.

Art. 2º - A complementação dos proventos de aposentadoria do servidor variável será calculada, no critério integral ou parcial, na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de serviço, se do sexo masculino, ou de 1/30 (um trinta avos), se do sexo feminino, tendo por base o valor do nível e da referência em que se encontre enquadrado por ocasião do afastamento.

Parágrafo único - No caso de aposentadoria de servidor variável do magistério municipal, a complementação dos proventos será calculada na razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de serviço, se do sexo masculino, ou de 1/25 (um vinte e cinco avos), se do sexo feminino.

Art. 3º - Os servidores de que trata esta lei integram o "Quadro de Pessoal Variável", constituído por elenco de classes consideradas prescindíveis no futuro, conforme relação constante do Anexo I.

Art. 4º - Aplicam-se aos servidores de que trata esta lei, no que couber, as disposições constantes da Lei nº 3.088, de 04 de agosto de 1987.

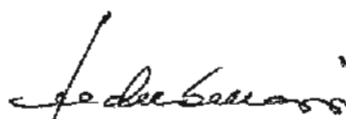
Art. 5º - As disposições desta lei serão aplicadas, no que couber, aos pensionistas do servidor variável falecido.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá, mediante regulamento e para assegurar o cumprimento da presente lei, editar normas que visem à adaptação dos direitos estatutários ao servidor variável.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.




Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da promulgação da Lei nº 3.087, de 04 de agosto de 1987, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 203 da referida lei, e a letra "b" do inciso II do artigo 4º da Lei nº 3.088, de 04 de agosto de 1987.

  
(ANDRÉ BENASSI)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos oito dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e oito.

  
(MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA)  
Secretária Municipal de Negócios  
Jurídicos - Substituta

na.-



## ANEXO I - QUADRO DE PESSOAL VARIÁVEL

CLASSE	NÍVEL	QUANTITATIVO
- Auxiliar de Serviços Diversos	I	22
- Auxiliar Operacional	II	19
- Auxiliar de Artífice	II	23
- Auxiliar de Escriturário	II	01
- Operador de Máquinas Heliográficas	III	02
- Encanador	IV	02
- Calceteiro	IV	05
- Escriturário	III	02
- Agente de Escritório	V	08
- Guarda	III	15
- Pintor	IV	01
- Pedreiro	IV	12
- Carpinteiro	IV	01
- Eletricista	IV	02
- Mecânico	IV	01
- Motorista	IV	10
- Guarda Motorista	III	05
- Auxiliar de Autópsia	IV	01
- Tratorista	V	02
- Encarregado	V	27
- Fiscal de Obras	VI	04
- Fiscal de Tráfego	III	01
- Fiscal do Comércio	V	01
- Artífice Especializado	V	10
- Inspetor	V	07
- Agente Tributário	VI	05



## ANEXO I - QUADRO DE PESSOAL VARIÁVEL

CLASSE	NÍVEL	QUANTITATIVO
- Assistente Técnico Tributário	VII	01
- Professora de Educação Infantil	V	01
- Assistente Cartorário	VII	01
- Professor de Educação Física	V	01